

ARTICULAÇÃO CLIMA, FLORESTA, CAMPO E CIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024

PROPOSTAS ÀS CANDIDATURAS DAS CIDADES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO:

POLÍTICAS E AÇÕES PARA A MITIGAÇÃO E ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Neste ano, a população do estado do Rio de Janeiro, distribuída em 92 municípios, irá às urnas eleger ou reeleger prefeitas, prefeitos, vereadores e vereadoras. Assim, dirigimos esta carta, com propostas para ações e políticas públicas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, às candidaturas. Esperamos, com ela, impactar as agendas das campanhas e de trabalho dos futuros mandatos, se comprometendo com nossas propostas para garantir cidades democráticas e socioambientalmente justas.

Mortes, danos materiais e psicológicos provocados por chuvas torrenciais, deslizamento de encostas, ondas de calor e falta de água são fatos recorrentes nas últimas décadas no estado fluminense. Segundo dados do CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, divulgados em 2022, o estado do Rio de Janeiro foi apontado como a unidade da Federação com o maior número de pessoas vivendo em áreas com risco de enchentes e deslizamentos. São cerca de 1 milhão, sendo 796 mil pessoas na região metropolitana e 475 mil na capital. Ainda está na memória das pessoas as chuvas ocorridas no primeiro trimestre de 2024, na região metropolitana fluminense, que deixou dezenas de mortos e milhares de desabrigados e desalojados. Seguramente são as pessoas negras, povos e comunidades tradicionais, indígenas, mulheres, crianças, idosos, pessoas com deficiência, população em situação de rua, LGBTQIAPN+ e outras, que têm como única fonte de renda programas sociais ou que ganham até 2 salários mínimos, os mais expostos aos efeitos dos eventos climáticos extremos.

Nas últimas décadas, houve a intensificação dos eventos climáticos nas diferentes regiões do estado: a Costa Verde e a Serrana sofreram uma intensificação nos deslizamentos e enchentes; a Norte e a Noroeste alternam momentos de longa estiagem com inundações de seus principais rios e avanço do mar; as Baixadas Litorâneas, além do aumento da estiagem, têm sofrido processos de alagamentos em áreas impactadas pela especulação imobiliária desordenada; a Centro-Sul e o Médio Paraíba sofrem com a estiagem, com incêndios em suas pastagens degradadas e com a emissão de gases das indústrias, que não são fiscalizadas.

Na região Metropolitana, que tem geografia diversa e o maior adensamento populacional do estado, temos deslizamentos, alagamentos, assoreamento das Baía de Sepetiba e da Guanabara, em cidades da Baixada Fluminense, Zona Norte e Zona Oeste da capital, com perdas de vidas, de biodiversidade, comprometendo o funcionamento das cidades. É evidente a omissão de prefeitos e governadores, que não se propõem a realizar ações preventivas, planos de contingenciamento, medidas de mitigação e adaptação. Quando há ações conjuntas entre algumas cidades, elas, na maioria das vezes, são descoordenadas e, invariavelmente, realizadas após as tragédias.

As consequências climáticas em nosso estado são agravadas devido à ausência de políticas habitacionais e regularização fundiária consistentes; frágil ou falta de sistema de drenagem apropriado, sobretudo para cidades com elevada densidade demográfica e com o solo bastante impermeabilizado; precário sistema de tratamento de esgoto, destinação inadequada do lixo e de abastecimento de água potável. Além desses históricos problemas estruturais, falta disposição das administrações públicas do estado e dos municípios para implementar as chamadas infraestruturas azul-verde (jardim de chuva, teto verde, parques alagáveis, plantio de mata ciliar, arborização das vias públicas, praças e parques, proteção e recuperação das nascentes), de viabilizar e incentivar o uso de tecnologias sociais. Ressaltamos quão relevante é a participação e o controle social na elaboração e execução das políticas públicas voltadas às mudanças climáticas.

Por outro lado, temos empresas poluidoras do ar, dos rios, das águas subterrâneas e dos mananciais. Indústrias, como a siderúrgica Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda e a siderúrgica Ternium Brasil, no Rio de Janeiro, são grandes responsáveis pela emissão de microparticulados e gases de efeito estufa (GEE) em nosso estado, além da exploração de petróleo na região costeira do estado que contribui para o aumento da emissão de GEE e a poluição do mar. As emissões de gases de efeito estufa provenientes destas atividades são significativas e contribuem para o aquecimento global. Temos as indústrias químicas que despejam seus efluentes sem tratamento nos rios, entre outras configurações industriais que agravam as injustiças socioambientais. É um quadro socioambiental que falta fiscalização, o cumprimento das legislações existentes e a criação de novos meios e instrumentos capazes de conter tamanha poluição.

Além disso, muitas cidades do estado do Rio de Janeiro, sobretudo a capital, onde está uma empresa que figura entre principais emissoras de GEE, precisa de planos robustos para reduzir as emissões, especialmente em setores como transporte, indústria e energia. O incentivo, com apoio de recursos públicos à produção de energia solar ou eólica descentralizada, com participação popular, na promoção de práticas mais eficientes que sinalizem para uma transição energética justa e verdadeiramente sustentável são políticas essenciais.

Para finalizar ressaltamos a tragédia climática no estado do Rio Grande do Sul. Os efeitos das chuvas torrenciais naquele estado configuram um descaso exemplar que nenhum mandatário ou mandatária, dos poderes executivos e legislativos, deve seguir. O estado do Rio Grande do Sul e muitas das suas cidades seguiram e seguem a cartilha neoliberal. O modo de governar é desconstruir a máquina estatal, com significativa falta de funcionários públicos com capacidade técnica nas prefeituras e nos estados; transferir ao setor privado os serviços essenciais que estavam sob a responsabilidade do poder público; não destinar os recursos do orçamento público para investir em equipamentos, como é o caso da falta de manutenção de bombas de drenagem (como aconteceu nas enchentes do mês de janeiro, em Belford-Roxo) e realizar obras de adaptação e medidas de mitigação.

Seguindo a marcha da insensatez, em nome do “desenvolvimento”, da “inovação”, da falaciosa justificativa de aumentar a arrecadação de impostos, os governos alteram a legislação ambiental para liberar, por exemplo, loteamentos para moradias, construções e empreendimentos industriais em áreas que não poderiam ser ocupadas. Estas são estruturas hidrológicas naturais, tão importantes para mitigar danos à vida e garantir a qualidade e justiça socioambiental.

Esperamos que tantas dores, como as sentidas no Rio Grande do Sul, sensibilizem as candidaturas e futuros governantes e legisladores da importância de adotar medidas vigorosas, com a participação e controle social, para reduzir os efeitos das mudanças climáticas.

PROPOSTAS ÀS CANDIDATURAS:

1.

Investir recursos públicos em infraestrutura para o armazenamento de água, tratamento de esgoto e uso sustentável dos recursos hídricos, para proteger a disponibilidade de água e melhorar a resiliência às mudanças climáticas.

PROPOSTAS ÀS CANDIDATURAS:

2.

Desenvolver políticas públicas para conservação da biodiversidade, combate ao desmatamento e recuperação de áreas degradadas.

3.

Criar legislações que incentivem a permeabilização do solo com impacto na redução do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

4.

Instituir políticas que promovam o planejamento urbano sustentável, com ênfase em infraestrutura verde, mobilidade urbana eficiente e construção sustentável.

5.

Promover a educação ambiental climática em todos os níveis, desde escolas até a comunidade em geral. Programas educativos e campanhas de conscientização para fomentar uma cultura de cuidado e responsabilidade ambiental.

6.

Investir recursos públicos na construção de infraestrutura resistente, como sistemas de drenagem e edificações adaptadas aos eventos climáticos extremos.

7.

Executar políticas que incentivem a adoção de práticas agrícolas agroecológicas por parte das agricultoras e agricultores familiares, hortas populares e fortalecimento da agricultura urbana e construção de jardins de chuva.

8.

Apoiar a transição agroecológica de agricultores familiares disponibilizando recursos para que haja assistência técnica e extensão rural agroecológica de forma participativa contribua para a adoção de práticas agrícolas amigáveis ao meio ambiente e que diminuam os impactos das mudanças climáticas na produção de alimentos.

9.

Estabelecer sistemas eficazes de monitoramento e avaliação das políticas climáticas para garantir que as metas sejam atingidas e que haja ajustes conforme necessário.

10.

Promover a participação ativa da sociedade civil e das comunidades locais na elaboração e na execução das políticas climáticas.

11.

Investir em infraestrutura que possa resistir a eventos extremos, como sistemas de drenagem adequados e construção em áreas seguras.

PROPOSTAS ÀS CANDIDATURAS:

12.

Melhorar o planejamento urbano para evitar ocupações em áreas vulneráveis e garantir o desenvolvimento sustentável das cidades.

13.

Implementar e fortalecer políticas de gestão de risco e medidas de prevenção para minimizar os impactos de desastres naturais.

14.

Desenvolver e implementar planos de resposta e recuperação que sejam rápidos e eficazes, garantindo o suporte necessário para as comunidades afetadas.

15.

Promover a educação e a conscientização sobre os riscos climáticos e as práticas de preparação e adaptação, combatendo o racismo ambiental.

16.

Implantar o auxílio à calamidade climática beneficiando as famílias afetadas por 24 meses.

17.

Reduzir as Emissões de microparticulados e GEE no estado do Rio de Janeiro especialmente em setores como transporte, indústria e energia.

18.

Implementar meios de transporte de massa públicos e outras iniciativas que reduzam o tempo de mobilidade, consequentemente a redução de GEE.

19.

Incentivar, com apoio de recursos públicos e com redução de impostos, a produção de energia solar ou eólica descentralizada.